

ANO II - EDIÇÃO Nº 293 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 31 de maio de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 340/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17, III, "i", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, c/c a Resolução nº 01, de 7 de abril de 2009; Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2014; Ata da 101ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e Ato PGJ nº 023, de 23 de fevereiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Indicar ao Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, que atuaram perante a Justiça Eleitoral, no período especificado, durante os afastamentos dos Promotores de Justiça indicados para o biênio:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
7ª	Paraisópolis	Thiago Ribeiro Franco Vilela	02 a 16/05/2017
8ª	Filadélfia	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	01 a 07/05/2017
		Leonardo Gouveia Olhê Blanck	08 a 31/05/2017
10ª	Araguatins	Décio Gueirado Júnior	15 a 19/05/2017
12ª	Xambioá e Ananás	Rodrigo Grisi Nunes	29 e 30/05/2017
14ª	Alvorada e Figueirópolis	Caleb de Melo Filho	01 a 31/05/2017
15ª	Formoso do Araguaia	Gustavo Schult Júnior	01 a 31/05/2017
18ª	Paraná e Palmeirópolis	João Neumann Marinho da Nóbrega	16/05/2017
		Bartira Silva Quinteiro	17 a 19/05/2017
19ª	Natividade e Almas	André Ricardo Fonseca Carvalho	25 e 26/05/2017
22ª	Arraias	Argemiro Ferreira dos Santos Neto	01 e 02/05/2017
23ª	Pedro Afonso	Luiz Antônio Francisco Pinto	02 a 11/05/2017
24ª	Araguacema	Guilherme Goseling Araújo	01 a 31/05/2017
25ª	Dianópolis	Isabelle Rocha Valença Figueiredo	08 a 12/05/2017
26ª	Ponte Alta do Tocantins	Leonardo Valério Pulis Ateniense	01 a 31/05/2017
27ª	Wanderlândia	Sidney Fiori Júnior	01 a 31/05/2017
28ª	Miranorte	Vilmar Ferreira de Oliveira	22 a 25/05/2017
		Sterlane de Castro Ferreira	26 a 28/05/2017
		Felício de Lima Soares	29 a 31/05/2017
32ª	Goiatins	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	01 a 31/05/2017
33ª	Itacajá	Luiz Antônio Francisco Pinto	01 a 31/05/2017

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 341/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO nº 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato elencado a seguir:

FISCAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	SUBSTITUTO DE FISCAL	NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO DO CONTRATO
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	028/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação prevista no item: 03, linha 05 da Ata de Registro de Preços nº 025/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 008/2016, Processo administrativo nº 2015.0701.00381, parte integrante do presente instrumento.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	029/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SMART TV LED 50 POLEGADAS, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação prevista no item 03 da Ata de Registro de Preços nº 066/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 016/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00168, parte integrante do presente instrumento.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	030/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SMART TV LED 32 POLEGADAS, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação prevista no item 02 da Ata de Registro de Preços nº 067/16, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 016/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00168, parte integrante do presente instrumento.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	031/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FRAGMENTADOR DE PAPEL, com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação prevista no item 16 da Ata de Registro de Preços nº 049/16, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 016/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00168, parte integrante do presente instrumento.
Leandro Ferreira da Silva Matrícula nº 92808	Jailson Pinheiro da Silva Matrícula nº 106210	032/2017	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, VÍDEO, FOTO, UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS PARA COPA/COZINHA, com o fim de atender as necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e para as demais Promotorias de Justiça da Capital e do Interior, conforme discriminação prevista no item 10, 13, 17 e 19 da Ata de Registro de Preços nº 050/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 016/2016, Processo administrativo

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 354/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 207/2017, que designou o Promotor de Justiça ANDRÉ RAMOS VARANDA para responder cumulativamente pela 2ª Promotoria de Justiça da Capital, retroagindo seus efeitos a 20 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 355/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA para responder, cumulativamente, pela 11ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no período de 1º a 15 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 357/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça STERLANE DE CASTRO FERREIRA para responder, cumulativamente, pela 3ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins - TO, no período de 30 de maio a 20 de junho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 358/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora MARIA CÉLIA DE QUEIROZ E SILVA, Técnico Ministerial, matrícula nº 92608, para, em substituição, exercer o cargo de Chefe de Cartório, no período de 05 a 14 de junho de 2017, durante o usufruto de recesso natalino da titular do cargo, Maria das Neves Menezes de Souza.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: WÂNIA DE LIMA E SILVA

DESPACHO Nº 253/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pela Promotora de Justiça WÂNIA DE LIMA E SILVA, para conceder-lhe 04 (quatro) dias de folga, a serem usufruídos no período de 29 de maio a 01 de junho de 2017, em compensação aos dias 04 e 05/06/2016 e 06 a 12/05/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: SIDNEY FIORI JÚNIOR

DESPACHO Nº 254/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço efetuada pelo Promotor de Justiça SIDNEY FIORI JÚNIOR, itinerário Araguaína–TO/Santa Fé do Araguaia–TO/Araguaína/TO, no dia 25 de maio de 2017, conforme Memória de Cálculo nº 044/2017, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 86,39 (oitenta e seis reais e trinta e nove centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017/24830/000902 (IGEPREV)

ASSUNTO: Abono de Permanência

INTERESSADO: RAIMUNDO NONATO CARDOSO

DESPACHO Nº 255/2017 – Nos termos do art.17, inciso V, alínea “h”, item 2, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando os dispositivos do art. 40, § 1º, inc. III, alínea “a”, da Constituição Federal - Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, considerando os deferimentos favoráveis exarados no Parecer Técnico nº 488/2017/ASJUR, fls. 79/80, de 09 de maio de 2017 e demais documentos carreados nos autos em epígrafe, oriundos do Instituto de Previdência do Estado do Tocantins – IGEPREV, CONCEDO o Abono de Permanência a que faz jus o servidor RAIMUNDO NONATO CARDOSO, Técnico Ministerial, matrícula nº 2489, produzindo efeitos financeiros a partir de 04 de março de 2017 e AUTORIZO a inclusão na folha de pagamento a partir do contracheque de junho de 2017.

Encaminhe-se os presentes autos ao Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 30 de maio de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA ICP/0091/2017

INVESTIGANTE: 28ª Promotoria da Capital.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988; no artigo 25, IV, da Lei Federal nº 8.625/93; no artigo 60, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 51/08, no artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85, na Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e no Art. 3º, II da Resolução nº 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e.

ORIGEM: Protocolo nº 07010149613201721

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, por violação de princípios, ante a falta de publicidade na prestação de contas do Executivo Municipal, referente ao ano de 2016.

INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Finanças e Câmara Municipal de Vereadores

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas – TO, 25 de maio de 2017.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça

202 Norte, Conj. 03, Av. LO 4 c/Av. Teotônio Segurado, S. 227 –
Fone 3216-7600 – Palmas – TO – CEP: 77.006.218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 17/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 21/2017

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública); art. 21, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: PP nº 1.36.002.000121/2015-18 do MPF.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Ordem Urbanística (11802).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar possível inexistência de alvará de funcionamento e de projeto de prevenção e combate a incêndio nas escolas públicas do Município de Gurupi-TO.

REPRESENTANTE: Ministério Público Federal.

REPRESENTADO: Município de Gurupi-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 29 de maio de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 29/05/2018 (01 ano).

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado (s).

PORTARIA N.º.: 027/2017 - 5ªPJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Notícia de Fato n. 113/2016

FATO (S) EM APURAÇÃO: Possível desvio de verba pública decorrente da compensação de cheques emitidos pela Câmara de Vereadores do Município de Monte do Carmo (TO) em benefício de terceiros, quando deveriam ter servido para quitar empréstimos consignados descontados em folha de pagamento de servidores da Casa Legislativa junto à Caixa Econômica Federal, isso no decorrer do ano de 2016

INVESTIGADO (S): Filadélfio Rodrigues Oliveira

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 25 de maio de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPOEMA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

Portaria de Instauração - ICP/0084/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Arapoema-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e da Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e Lei 8.429/92.

ORIGEM: Representação apresentada pelo Vereador do Município de Bandeirantes do Tocantins, Fagner Benvindo Barbosa.

FATO EM APURAÇÃO: apurar suposto pagamento irregular de diárias ao Prefeito de Bandeirantes do Tocantins/TO, senhor José Mário Zambon Teixeira, bem como desarrazoado e desproporcional o aumento concedido por meio de decreto municipal no ano de 2017, ocasionando ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO: José Mário Zambon Teixeira, Prefeito do Município de Bandeirantes do Tocantins-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Arapoema-TO, 25 de maio de 2017.

Rua Mato Grosso, n. 1378, Centro, Arapoema-TO
Fone: 63 3435-1303

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 15/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Conversão PPIC 15/2017

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar suposta prática de desvio de dinheiro público mediante a compra de três pneus pelo ex-gestor da prefeitura de Ponte Alta do Tocantins – TO com dinheiro do município sem que o produto fosse entregue ao setor competente da administração municipal.

INVESTIGADOS: José Aparecido Araújo

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 24 de maio de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil